

Dois pesos e duas justanças no DF

Chefe da Defensoria Pública diz que o governo privilegia defesa de suas causas em prejuízo dos advogados do povo pobre

Karina Falcone
Da equipe do **Correio**

Defensores públicos são os advogados dos pobres. Procuradores públicos defendem causas para o governo. Uma diferença que não pára nas definições. De acordo com a Constituição Federal, Defensoria e Procuradoria são responsabilidades do poder público. Comparando os quadros funcionais e as condições de trabalho, é possível dizer que o Governo do Distrito Federal (GDF) tem se preocupado mais com as suas causas próprias, do que com as da população de baixa renda.

Em um edifício de quatro andares está instalada a Procuradoria do Distrito Federal. Nesse prédio, apenas quatro salas compõem toda a infra-estrutura cedida aos defensores. A falta de um local de trabalho, entretanto, não é o único problema.

O Centro de Assessoria Jurídica (Ceajur) não tem orçamento próprio. Toda a infra-estrutura é ad-

quirida por doações. A falta de uma verba regular implica ficar esperando vários meses para conseguir uma cadeira, uma mesa, ou qualquer outro instrumento de trabalho.

Há carência de infra-estrutura, mas a falta de pessoal é a principal dificuldade da Defensoria Pública. Em todo o Distrito Federal, são 30 defensores, com 10 estagiários cada, responsáveis por 87 mil processos. "É ninguém sabe por que a Justiça é tão lenta", ironiza o coordenador da Ceajur, Archimedes Cunha.

Os defensores públicos atendem a mais de 100 mil pessoas por ano, o que significa aproximadamente 90 mil processos judiciais. O atendimento é feito em dez fóruns espalhados nas cidades do DF. Algumas unidades da Defensoria funcionam em situação bastante precária, como a do Gama, que está instalada na garagem do fórum da cidade.

Em compensação, existem 89 procuradores públicos em exercí-

Edson Gês 19.06.987



A Defensoria Pública do Gama funciona na garagem do Fórum. Em todo o DF, 30 defensores atendem 100 mil pessoas

cio na capital do país. O quadro geral da Procuradoria é de 145 juristas. Segundo o procurador-geral do Distrito Federal, Marcello Alencar, as condições de trabalho

"atendem às necessidades atuais de serviço".

O governo federal e o Governo do Distrito Federal têm, ao menos, duas coisas em comum: atribui-

ções para implementar uma assessoria jurídica popular — ou Defensoria Pública — e a omissão neste dever.

O primeiro ignora a Constitui-

ção Federal, que desde 1988 estabeleceu como função da União implementar a Defensoria Pública no DF. O segundo alega falta de recursos para justificar o serviço deficiente de assessoria jurídica e o alto número de pessoas privadas dos seus direitos.

O Ceajur faz o trabalho da Defensoria Pública, que é o de prestar assessoria jurídica à população de baixa renda. Entretanto, para Marcello Alencar, esse centro não deve ser confundido com uma Defensoria Pública, que depende da União para ser instalada. "O Ceajur é parte da Procuradoria do DF e é contemplado nesse orçamento", justifica.

No jogo do empurra-empurra, perde quem precisa recorrer à Justiça e não tem dinheiro para pagar a conta do advogado. E não é pouca gente. Segundo dados fornecidos pelo Ceajur, 42,73% da população do DF são seus "clientes em potencial".

O número corresponde aos moradores do DF com renda mensal até cinco salários mínimos, segmento protegido pelas leis distrital e federal para ter assessoria jurídica gratuita. São mais de 700 mil pessoas que dependem do acordo entre governos, promotores e defensores para que o seu direito de justiça seja garantido.